



001688

**SUBSTITUTIVO**

**AO PROJETO DE LEI N. 10.283/2007.**

**APROVADO(A) POR UNANIMIDADE**

- ☒ primeira discussão, em 10/07/07  
☒ segunda discussão, em 13/07/07  
☐ terceira discussão, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
☐ discussão única, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

\_\_\_\_\_  
Presidente

**Confere nova redação à Lei n. 6.387 e dá outras providências.**

**Art. 1.º A Lei n. 6.387 passa a vigor com a seguinte redação:**

**“Lei n. 6.387.**

**Autora: Vereadora Marly Martin Silva.**

**Institui o sistema de funcionamento, fiscalização e controle de telemarketing beneficente no Município de Maringá e dá outras providências.**

**Art. 1.º Fica instituído o sistema de fiscalização e controle de telemarketing beneficente no Município de Maringá.**

**Art. 2.º A fiscalização e o controle de telemarketing beneficente no Município de Maringá serão realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SASC –, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS.**

**§ 1.º O COMAS autorizará as entidades de assistência social a que se refere o artigo 3.º e que tenham por finalidades o disposto no artigo 2.º, ambos da Lei Federal n. 8.742/93, que sejam estabelecidas no Município de Maringá e regulamente cadastradas no Conselho, a realizar campanhas de arrecadação de recursos financeiros e doações diversas através de telemarketing, por resolução autorizativa específica para cada projeto, observados os seguintes requisitos:**

**I – apresentar projeto e plano de aplicação dos recursos a serem arrecadados, indicando o período da campanha e meta total;**

2

**II – abrir em nome da entidade conta corrente ou conta poupança em agência bancária localizada no Município de Maringá, especificamente para receber os recursos arrecadados;**

**III – submeter-se, mediante declaração, e observar sistema de controle de recebimentos, da seguinte forma:**

**a) receber as doações de arrecadação direta pela entidade através de talão de recibos com abertura e fechamento realizado pela SASC, em duas vias, sendo uma destinada ao doador e outra para ficar nos arquivos da entidade, constando o nome da entidade, endereço completo, CNPJ, telefone, finalidade dos recursos arrecadados, número da resolução autorizada do COMAS, período e vigência da campanha, valor doado, nome completo, CPF ou CNPJ e endereço do doador;**

**b) realizar, diariamente, o depósito de recursos arrecadados via talão de recibos na conta bancária própria, exigida no inciso II;**

**c) fazer constar da prestação de contas, com os extratos bancários do período, as doações realizadas diretamente em conta corrente bancária pelo doador;**

**IV – prestar contas junto à SASC do último exercício financeiro, com parecer do conselho fiscal da instituição ou equivalente, assinado pelos membros conselheiros e aprovado em assembléia geral.**

**§ 2.º As campanhas de arrecadação não poderão ter prazo indeterminado, sendo que, em caso de realização de campanha contínua pela entidade, deverá ser considerado o período de um ano, exigindo-se renovação anual da resolução autorizativa.**

**§ 3.º Para renovação da resolução autorizativa será necessário o cumprimento dos requisitos estabelecidos no § 1.º deste artigo e a aprovação pela SASC e o COMAS das contas da entidade relativas ao projeto anterior, com demonstrativo da aplicação dos recursos arrecadados.**

**Art. 3.º Os recursos arrecadados somente poderão ser utilizados no Município de Maringá, de acordo com o plano de aplicação previamente aprovado pelo COMAS.**





**Art. 4.º** As entidades de assistência social não poderão terceirizar os serviços de telemarketing, devendo operá-los com recursos materiais e humanos próprios.

**Art. 5.º** O Município de Maringá, por solicitação do COMAS, publicará no Órgão Oficial e em sua página da Internet nota constando a relação das entidades autorizadas a realizar os serviços de telemarketing, indicando os respectivos números das resoluções autorizativas e períodos autorizados para arrecadação.

**Art. 6.º** Todas as abordagens de telemarketing devem observar os princípios de conduta ética para telemarketing publicados pela ABT – Associação Brasileira de Telemarketing e o Código Brasileiro de Auto-Regulamentação do Marketing Direto, da ABMED – Associação Brasileira de Marketing Direto.

**Art. 7.º** O COMAS negará ou cassará autorização de funcionamento de serviços de telemarketing nos casos de inobservância desta Lei.

**Art. 8.º** O COMAS deverá comunicar as irregularidades das quais tiver conhecimento à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, à Secretaria Municipal da Fazenda, ao Ministério Público, à Delegacia do Trabalho, à Delegacia da Receita Federal, ao INSS, aos Conselhos de Direitos Municipais, Estaduais e Nacionais e aos demais órgãos fiscalizadores para que adotem as providências cabíveis.

**Art. 9.º** A concessão e a cassação da resolução autorizativa observará procedimento próprio, a ser regulado pelo regimento interno do COMAS, observando o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

**Art. 2.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** As disposições em contrário ficam revogadas.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder.** 10 de julho de 2007.

  
**MARLY MARTIN SILVA**  
Vereadora-Autora